

Ulysses manifesta preocupação com as propostas contidas no parecer de Fogaça

BRASÍLIA — Presidencialista declarado — chegou a admitir apenas um presidencialismo com "temperos parlamentaristas" — o Presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, Ulysses Guimarães, tem manifestado nas reuniões reservadas em que se discute o sistema de governo sua apreensão com a adoção do parlamentarismo na forma como está sendo proposto no parecer do Relator da Subcomissão do Poder Executivo, Senador José Fogaça.

A principal preocupação de Ulysses diz respeito a estabilidade do Governo nos momentos de crise. Ele lembra o exemplo do Presidente João Goulart, que instituiu o parlamentarismo num momento de crise e acabou deposto. Outra preocupação que Ulysses levanta é sobre os Governos Estaduais. Há mais de um mês, em almoço com jornalistas, ele pregava a necessidade de, no caso de se instituir o parlamentarismo no Brasil, o processo ser iniciado nos Estados.

Desde que tomou conhecimento formal da proposta feita pelo Senador José Fogaça, o Presidente do PMDB tem evitado tratar do assunto de público. Limitou-se a dizer, na segunda-feira, que o período de quatro anos de mandato para o Presidente Sarney é razoável.

— Estou estudando a proposta — informou ontem.

Também o Líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique, não quis emitir sua opinião sobre o relatório de Fogaça, "para não ter efeito indutório". Apenas considerou a proposta inovadora, sem semelhança com fórmulas parlamentaristas aplicadas em outros países, e reconheceu que "a sugestão do Senador atende a uma tendência no Congresso".



Covas gosta do parecer de Fogaça

Já o Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, que defende uma fórmula de "parlamentarismo mitigado", classificou de muito boa a proposta de Fogaça. Ele destacou os "mecanismos de segurança" para a estabilidade do Governo previstos no relatório, tais como o prazo de seis meses após a nomeação para a Câmara votar moção de desconfiança a Ministros e a possibilidade de o Senado pedir, no prazo de 48 horas, a reconsideração da rejeição da Câmara ao nome do Primeiro-Ministro. Isso, a seu ver, abre possibilidade para negociações.

Covas defende a dissolução da Câmara pelo Presidente no caso de rejeição de dois nomes por este apresentados e depois que aquela Casa do Congresso não consegue o consenso para escolher o Primeiro-Ministro. "Sem esse poder não há parlamentarismo", enfatiza.

— Sempre achei que fôssemos chegar a uma forma de presidencialismo que seria chamada de parlamentarismo — brincou.

Por sua vez, o Líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique, presidencialista convicto, tem críticas ao relatório de Fogaça. Considera "muito perigosa" a proposta de parlamentarismo por que, em sua opinião, trata-se de "uma obra de engenharia política". Para Fernando Henrique, devem ser definidas com clareza as regras de competência do Presidente e do Primeiro-Ministro. Ele manifestou seu temor quanto à possibilidade de "um jogo de personalidade e Presidente e Ministro".